



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA

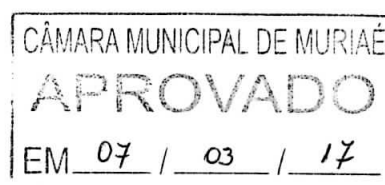
Nº do protocolo: 003/2017

Data: 21/02/2017

Parecer de: 03/03/2017

Objeto: *Altera a Lei Municipal nº 3460/2007, que delimita perímetro urbano dos distritos no município de Muriaé*

Autor: Vereadora Helena Carvalho



A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 76, VII e II e artigos 160 e 170 do Regimento Interno desta Casa Legislativa e demais disposições constitucionais e legais pertinentes, assim se manifestam:

1 QUANTO AO QUORUM EXIGIDO PARA VOTAÇÃO

Em seus Arts. 219, 221, 222 e 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé/MG dispõe sobre o *quorum* exigido para votação das várias espécies de projetos de lei, daí se concluindo que a matéria apresentada insere-se entre aquelas

cujo *quorum* é maioria simples, ou seja, atingido o limite mínimo para dar início à sessão legislativa, a maioria simples equivale ao número inteiro imediatamente maior que a metade dos presentes àquela sessão.

2 QUANTO AO MÉRITO DO PROJETO

Como se subtrai da análise do projeto protocolado sob nº 003/2017, que *Altera a Lei Municipal nº 3460/2007, que delimita perímetro urbano dos distritos no município de Muriaé.*

Antes de analisar especificamente a proposta de lei ora apreciada, necessário de fazer um estudo a respeito da possibilidade de alteração de área em distrito.

a) Da implantação de políticas locais e da norma autorizativa na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município

O presente projeto de lei, pretende abordar a ampliação do distrito de Itamuri, retificando a Lei nº 5.163/2016 e não a Lei nº 3460/2007, como indicado no projeto.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município consoante a regra prevista no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23, incisos I, II, III, IV, VI e X da Constituição Federal.

Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

Artigo 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Veja-se, que o tema tratado nessa propositura não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita

com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

A Lei Orgânica do Município possibilita a organização dos distritos respeitando a legislação estadual. O art. 18 da referida lei assim estabelece:

Art. 18 - É mantido o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da Constituição do Estado.

Parágrafo único – Depende de lei a criação, organização e supressão de Distritos ou Subdistritos, observada a legislação estadual.

b) Da legalidade da ampliação

Como já amplamente dito, o que se vê no presente projeto de lei, é a busca da ampliação do distrito de Itamuri.

Sob esta ótica, a fim de dirimir eventuais dúvidas quanto a vícios de iniciativa para propor tal projeto, temos que o assunto tratado é de competência privativa do Município, encontrando amparo no art. 6º, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

Art. 6º - **Ao Município compete** prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, **privativamente**, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

IV – criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual; (g.n)

Nesta toada, entendemos que quando se trata de competência do privativa do Município, estamos diante de uma iniciativa concorrente, traduzida pela competência que a Constituição Federal garante a mais de uma pessoa ou órgão para apresentação de Projeto de Lei.

No Município, essa **iniciativa compete aos Vereadores**, à Mesa ou Comissão da Câmara, ao Prefeito e à população, na forma e nos casos previstos pela Lei Orgânica Municipal, sendo considerados, ainda, como de iniciativa concorrente, todos

aqueles que a Constituição Federal e a lei orgânica local não reservaram como sendo exclusivos ao Executivo e Legislativo.

Portanto, diante dos preceitos despendidos, temos que o Projeto proposto não há qualquer vício de iniciativa.

Ademais, conforme se observa a Lei nº 5163/2016, que acompanha o citado projeto, foi aprovada uma vez que se tratava de interesse local, consequentemente aumentando a arrecadação de impostos e proporcionando maior desenvolvimento ao distrito e consequentemente ao município.

Ocorre que o presente projeto deve ser emendado, pois a lei que se busca alterar é também a **lei nº 5163/2016**. Assim o preambulo e a lei passa a ter a seguinte redação:

Preambulo: Altera a Lei Municipal 3460/07 e 5163/16 que delimita o perímetro urbano dos distritos do Município de Muriaé.

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Municipal 5163/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

O perímetro urbano do distrito de Itamuri, pertencente ao município de Muriaé é de 417,86 hectares, conforme memorial descritivo no anexo III da presente lei.

Art. 2º - Altera o Anexo III, da Lei nº 3460/07, que passa a vigor com a seguinte redação

Anexo III: (...)

Assim diante da supremacia do interesse público municipal o pedido de ampliação, não viola a legislação constitucional e municipal, estando o presente projeto apto para apreciação.

3 DA CONCLUSÃO FINAL

Em análise ao projeto, verifica-se que foi eleito o expediente legislativo correto, bem como, observada a competência para iniciativa de lei, além de atender aos requisitos de constitucionalidade formal e material, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Considerando todo o exposto, a Comissão de Constituição Legislação e Justiça e a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Muriaé/MG, ao apreciarem o Projeto de Lei de Protocolo nº 003/2017 de 21/02/2017, nos termos regimentais e legais e com base em todas as argumentações aqui expendidas, **reconhecem ser este CONSTITUCIONAL E LEGAL**, devendo o Plenário da Câmara decidir pela **APROVAÇÃO ou NÃO do referido projeto, eis que o parecer não vincula nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.**

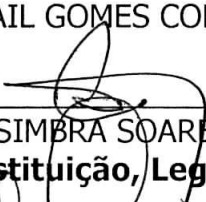
Este é nosso parecer, salvo melhor juízo.

Do Plenário da Câmara Municipal de Muriaé/MG para apreciação pelos Exmos. Srs. Edis, aos 03 (três) dias do mês de março de 2017.


ADEMAR CAMERINO

JOEL MORAES DE ASEVEDO JUNIOR

DEVAIL GOMES CORRÊA

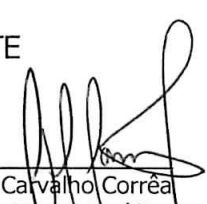

JULIO CESAR SIMBRA SOARES - SUPLENTE
Comissão de Constituição, Legislação e Justiça


MIRIAM FACCHINI BARBOSA


JULIO CESAR SIMBRA SOARES

DEVAIL GOMES CORRÊA

HELENA FRANCISCA DE OLIVEIRA CARVALHO - SUPLENTE
Comissão de Administração Pública


Francisco Carvalho Corrêa
Diretor Jurídico
OAB/MG 99693